

A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL PARA A DOCÊNCIA: desafios atuais.

João Roberto Resende Ferreira¹, José Maria Maia Lima²,
Roberto Barcelos Souza², Sabrina do Couto de Miranda²

1 Docente, Coordenador Institucional do PIBID/UEG, Universidade Estadual de Goiás (UEG), Anápolis-GO, pibid.prg@ueg.br; 2 Docentes, Coordenadores de Gestão do PIBID/UEG, Universidade Estadual de Goiás

Palavras-chave: Formação de Professores. Pibid. Educação Básica.

Nos últimos vinte e cinco anos do século XX, com o advento das políticas neoliberais e o fenômeno da globalização, ampliou-se no campo da educação, principalmente no Brasil, após a abertura política, o debate sobre a universidade pública e a necessidade de defendê-la como um direito democrático. Essa necessidade está vinculada ao objetivo de prestar um serviço público de qualidade que atenda aos interesses da maioria da população, em todas as áreas do conhecimento e, no que se refere a formação inicial de professores, contribuir com o processo numa lógica emancipadora do ser humano em detrimento da lógica individualista e excludente denominado de “quase mercado”, implementadas por meio de políticas públicas por forças conservadoras a partir de 2001, no governo de Fernando Henrique Cardoso e nos governos de Lula da Silva até os dias atuais¹. Em consequência disso, os cursos de graduação e principalmente a docência ficou reduzida a uma formação rápida e barata para desenvolvimento de mão-de-obra com diploma universitário. Assim, temos na universidade a reprodução dos traços autoritários e antidemocráticos da sociedade capitalista.

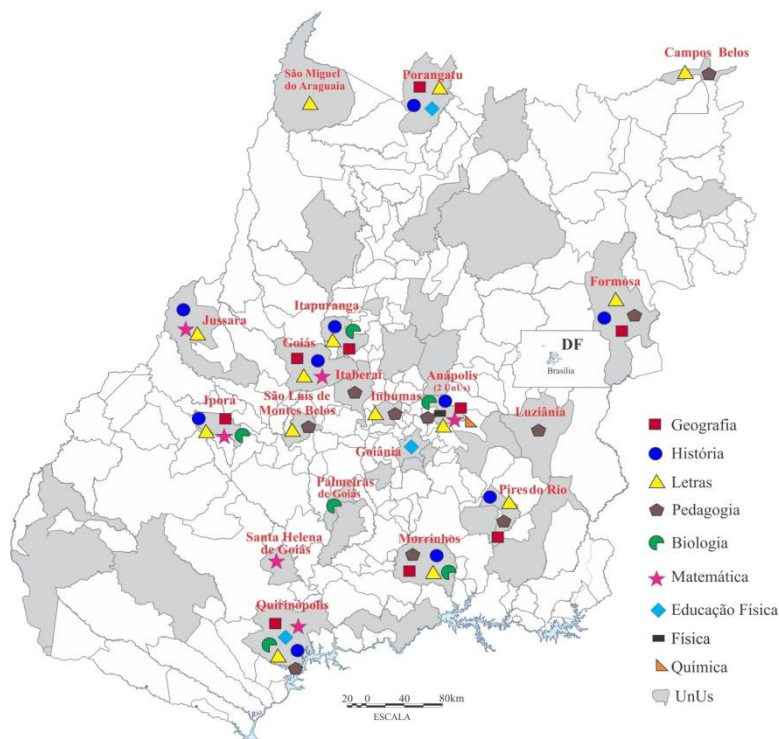
Nessa perspectiva, um dos maiores desafios na formação de professores é estabelecer relação entre as reformas políticas, econômicas e sociais, dentre elas integra-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, promulgada no Brasil em 20 de dezembro de 1996. Essa lei, embora aprovada em um clima de redemocratização do país, de modo a responder legalmente a históricos direitos de luta dos trabalhadores, deu ao governo federal, por meio de Ministério

¹ As manifestações de força conservadora na educação foram alcançadas nas discussões pertinentes ao Plano Nacional de Educação (PNE), 2001-2010, Lei nº 10.172/2001, realizado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o Plano Nacional de Educação, (PDE), de 2007, lançado pelo ex-presidente Lula da Silva, o Plano de Ações Articuladas (PAR) e o atual PNE, 2014-2024. O que merece destaque nesse conjunto de políticas públicas para a Educação é o vínculo com diversas representações de empresários, como por exemplo: Grupo Pão de Açúcar, Fundação Itaú-Social, Fundação Bradesco, Fundação Roberto Marinho, Instituto Ayrton Senna, Banco ABN-Real, dentre outros. Cf. Alexandre da Silva, (2014).

da Educação e Cultura, o poder de formular políticas públicas para a educação, fortemente conservadoras, como pode ser vista, na criação dos fundos de desenvolvimento, os programas de avaliação e sobre a formação de professores².

Este tem sido o contexto em que buscamos desenvolver a temática sobre formação docente em um projeto de pesquisa tendo o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), da Universidade Estadual de Goiás (UEG), intitulado “Universidade e Educação Básica: fronteiras a ultrapassar” a ser executado entre 2014 e 2018. Este trabalho apresenta resultados parciais desenvolvidos pela equipe gestora do PIBID/UEG. O objetivo é divulgar o resultado das análises, ações e práticas pedagógicas vivenciadas pelas equipes envolvidas no PIBID. Buscou saber o que os alunos aprendem sobre a docência, para tanto analisamos o perfil dos bolsistas de iniciação à docência credenciados no programa pelo edital 2014-2018. Participam deste edital 61 subprojetos nas áreas de Biologia, Educação Física, Física, Geografia, História, Letras, Matemática, Pedagogia e Química. O programa está sendo executado em 20 Câmpus em 19 municípios do Estado de Goiás (Figura 1).

Figura 1. Distribuição dos diferentes subprojetos vinculados ao PIBID-UEG por área de conhecimento no estado de Goiás.



² O fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef) substituído em 2007, pelo Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), os programa de avaliação da Educação Básica (Prova Brasil, Enem), e superior, “Provão” e o atual Enad. Além da demonstração de forças conservadoras na elaboração do Plano Nacional de Educação tanto no ano de 2001 a 2010, quanto ao atual, de 2014 a 2024. Cf. Alexandre da Silva, (2014).



O Projeto Institucional do PIBID/UEG tem como ponto de partida o entendimento de que tanto a Universidade quanto as escolas de educação Básica fazem parte da mesma sociedade. Neste sentido a Universidade Brasileira, e dentre elas a UEG, está inserida num contexto que exprime as ideias neoliberais, e queiram alguns que lutam contra, ou a favor, essas ideias podem ser resumidas da seguinte forma:

1) aceitação da ideia de avaliação universitária sem nenhuma consideração sobre a situação do ensino de primeiro e segundo graus. [hoje Ensino Médio] [...]. 2) aceitação da avaliação acadêmica pelo critério da titulação e das publicações, pelo total descaso pela docência [...], 3) aceitação do critério de distribuição dos recursos públicos para pesquisa a partir da ideia de “linhas de pesquisa”, critério que faz sentido para as áreas que operam com grandes laboratórios e com grandes equipes de pesquisadores, mas não faz nenhum sentido nas áreas de humanidades e nos campos de pesquisa teórica fundamental [...] e 4) a aceitação da ideia de modernização racionalizadora pela privatização e terceirização da atividade universitária, a universidade participando da economia e da sociedade como prestadora de serviços às empresas privadas com total descaso pela pesquisa fundamental e de longo prazo (CHAUI, 2001, p. 35-36).

Na pesquisa em desenvolvimento levamos em conta que, passado quase trinta anos do fim da ditadura militar, houve algumas mudanças. Por exemplo, com a redemocratização a Educação ganhou centralidade na discussão nos anos de 1980, seja pelo estado crítico em que os militares a deixaram, ou nas propostas e discursos governamentais, ou de diferentes seguimentos da sociedade civil, ou pela experiência de vários movimentos sociais. Essas discussões proporcionaram ao longo dos anos de 1980, uma visibilidade política e criou em nível de senso comum grande base de legitimidade. Não podemos deixar de apontar como positivo o ingresso dos alunos das classes populares no ensino superior. Seja por meio de políticas de cotas, ou destinando vagas para alunos oriundos da escola pública, o fato é que cresceu o número de alunos nesse nível de ensino. Porém a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em dezembro de 1996 (Lei nº 9.394), não apresenta grandes mudanças no cenário brasileiro, principalmente para as escolas de educação básica, a não ser que tiveram de se adaptar a um calendário anual de 200 dias letivos.

As políticas públicas para formação de professores também foram se modificando. O governo federal criou seis programas de aperfeiçoamento da formação docente como o Programa de consolidação das Licenciaturas (Prodocência), Observatório da Educação (Obeduc), Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), Programa Novos Talentos, Programa de Apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores (Life) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid).



Para a pesquisa tomamos o Pibid como exemplo de uma iniciativa do governo federal para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica. Lançado em 2007 especificamente para as Universidades Federais e cursos de Licenciatura em Química, Física, Matemática e Biologia, mais adiante, por meio do decreto nº 6.755 de 29 de janeiro de 2009, foi instituído como política de Estado vinculada a formação de professores em todo o país. No sentido de consolidar o Pibid como programa de formação de professores em nível nacional, a Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, sancionada pela Presidenta da República, altera o texto da Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96) para incluir, entre outras questões, no Art. 62 §4 e §5 o texto:

§ 4º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios adotarão mecanismos facilitadores de acesso e permanência em cursos de formação de docentes em nível superior para atuar na educação básica pública.

§ 5º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios incentivarão a formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica pública mediante programa institucional de bolsa de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, de graduação plena, nas instituições de educação superior.

O pressuposto de nossa pesquisa considera que a docência é uma profissão que exige formação superior para atuar profissionalmente no mercado de trabalho; o professor precisa ser formado e o local para a formação inicial é a Universidade em seus cursos de licenciatura. A direção possível e favorável ao desenvolvimento pleno dessa formação é o entendimento amplo do sentido de educação como fator de humanização. Definimos educação enquanto: “comunicação entre pessoas livres em graus diferentes de maturação humana, e promoção do homem, de parte a parte – isto é, tanto do educando como do educador” (Saviani, 2012, p. 14).

A concepção teórica que buscamos nos fundamentar é a que considera o trabalho humano como um ato educativo. É por meio do trabalho que o homem transforma a natureza e ao transformá-la, transforma-se a si próprio. Paro (2004), apoiado nos conceitos de Marx, entende que o trabalho é uma característica essencialmente humana que identifica o homem e o separa da natureza. No entanto, quando esse conceito é transportado para o trabalho pedagógico, novas especificações precisam ser realizadas. A primeira é a de que o trabalho pedagógico é um trabalho não-material. Ou seja, seu produto não é um objeto tangível. No trabalho pedagógico não pode haver separação entre produção e consumo. A produção e o consumo se dão simultaneamente, como por exemplo, o trabalho do ator no teatro, do palhaço no circo e do professor na sala de aula.

Daí o entendimento de que a formação profissional, pautada pelas orientações funcionalistas da sociedade, ou por “tipos ideais” de professores, não serem suficientes para dar conta da diversidade em que a profissão de professor está envolta. Trata-se de ampliar as discussões para o processo em que os valores, os hábitos e a dimensão ética e política da profissão estão fundamentadas. Nessa perspectiva, coloca-se ao coletivo de professores e alunos, a construção do entendimento sobre as concepções de educação e de educador, de homem e sociedade e entre as práticas pedagógicas e concepções teóricas que orientam as discussões da educação que se tem, para os rumos de educação e sociedade que se quer. Por isso, torna-se indispensável o debate aberto e a participação de todos os interessados na formação de profissionais da educação.

Assim, os primeiros achados da pesquisa apontam que antes de qualquer programa de iniciação à docência, as condições históricas são determinantes das consciências e dos atos dos sujeitos em qualquer profissão. Na atualidade, a importância dada à formação técnica, a ausência de uma formação teórica sólida que possibilite enriquecer a vida com cultura, poesia, literatura, história, sociologia, arte, música e filosofia tem aumentado ainda mais os desafios na formação de professores. O direcionamento que o movimento produzido pela contradição que marca a educação e a formação de professores na sociedade capitalista, ou seja, fazer com que o trabalho docente de socialização do conhecimento seja o eixo central de todas as ações que se realizam no interior tanto das universidades, quanto das escolas de educação básica, como forma de dar sentido a formação do ser humano é o grande desafio da formação atual.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE DA SILVA, Luís Gustavo, FERREIRA, Suely, OLIVEIRA, João Ferreira de. **O planejamento educacional no Brasil: políticas, movimentos e contradições na gestão dos sistemas municipais**. RBP AE, v. 30, n. 1, p. 79-95, jan./abr. de 2014. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/50014/31323> - acesso em 24/03/2015.
- BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e a cultura. IN. NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio. (orgs.). Petrópolis, RJ, Vozes, 1998.
- BRASIL, Capes. Portaria nº 096, de 18 de julho de 2013.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº 9.394/96.
- CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo. Ed. UNESPE, 2001.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- MÉSZÁROS, István. Educação para além do capital. In: MÉSZÁROS, István, **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007 p. 195-224.



ANAIIS - Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação, Ensino e Extensão do CCSEH – SEPE
Os desafios para a formação do sujeito e os rumos da pesquisa e da extensão universitária na atualidade - 26 a 28 de agosto de 2015.

PARO, Victor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3ª Ed. São Paulo, Ática, 2004.

PARO, Victor Henrique. **Administração escolar**: introdução crítica. 11ª Ed. São Paulo, Cortez, 2002.

SAVIANI, Dermeval e DUARTE, Newton (orgs.). **Pedagogia histórico crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas, Autores Associados, 2012.

UEG, Plano de Desenvolvimento Institucional da UEG, 2010, 2019. Disponível em - http://www.cdn.ueg.br/arquivos/legislacao/conteudo_compartilhado/944/Res_CsU_2010_009.pdf, acesso em 24/03/2014.